

**O RACISMO MACHUCA O CORPO, A CABEÇA, A BRINCADEIRA.
O TERREIRO CUIDA DO MACHUCADO QUE O RACISMO FAZ**

*Stela Guedes Caputo**

*Elaine Di Carlantonio***

RESUMO: Quanto mais avançamos em nossas pesquisas com crianças de terreiros, mais percebemos os terreiros como lugares de acolhimento para crianças, sobretudo crianças negras. Para o artigo que apresentamos, reunimos conversas com duas meninas negras e de candomblé. Eduarda de Souza, de 9 anos e Maria Hellena Nzinga, de 7 anos. As duas apontam a escola como um espaço de silenciamentos, apagamentos e constrangimentos. Ambas identificam o racismo como o grande causador desse sofrimento vivido. Ao mesmo tempo, ambas identificam seus terreiros como espaços de proteção e de fortalecimento para a luta antirracista na sociedade e também na escola.

PALAVRAS-CHAVE: criança de terreiro, racismo, educação.

**RACISM HARMS THE BODY, THE HEAD, THE PLAY.
THE *TERREIRO* TAKES CARE OF THE HARM THAT RACISM CAUSES**

ABSTRACT: The more we advance in our research with children from *terreiros*, the more we perceive *terreiros* as places where children are welcomed, especially black children. For the article we present, we gathered conversations with two black and candomblé girls. Eduarda de Souza, 9 years old and Maria Hellena Nzinga, 8 years old. Both point to the school as a space of silencing, erasures and constraints. Both identify racism as the main cause of this suffering. At the same time, both identify their *terreiros* as spaces of protection and strengthening for the anti-racist struggle both in society and at school.

KEYWORDS: terreiro child, racism, education.

* Doutora em educação (PUC-Rio). Professora do Proped-UERJ. E-mail: stelaueri@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0133-3301>

** Graduanda de Pedagogia UERJ. Bolsista IC. E-mail: elainedicarlantonio@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5819-1807>

1 - DE COMEÇOS E DOS PASSOS¹

As frases que dão título a esse texto foram ditas por duas crianças diferentes. Em geral, em nosso grupo de pesquisa, o Kékeré da Uerj, gostamos de começar artigos e capítulos de livros com a fala de uma criança de terreiro. Não se trata de uma opção menor, capricho ou modismo. Trata-se sim, de uma opção epistemológica, metodológica e política em nossos estudos. As crianças falam primeiro, sendo movimento, conhecimento, ação, método, reflexão. Em nossas pesquisas (CAPUTO, 2012, 2018, 2020) ouvimos, conversamos, fotografamos, compartilhamos experiências com crianças de terreiros em todo Brasil. Elas guardam vivências comuns e diferentes, pois, ainda que sejam crianças dos terreiros brasileiros, são, cada uma delas, singulares, únicas. No entanto, infelizmente, a experiência do racismo é conhecida por toda criança negra de terreiro.

Ouvimos relatos dolorosamente parecidos e, por isso, juntamos aqui, em um depoimento comum, as duas frases no título. A primeira foi dita por Maria Hellen Nzinga, aos 7 anos, no dia 27 de julho de 2022, no seu terreiro, o Ilê Axé Àyíé Obalúwàiyé, onde é abian², em Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro: “O racismo machuca o corpo, a cabeça, a brincadeira”.



Maria Hellen Nzinga. (Acervo pessoal das autoras)

¹ A pesquisa que originou o presente texto atendeu os critérios éticos no desenvolvimento e divulgação dos dados; teve autorização dos participantes que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os nomes verdadeiros dos sujeitos citados, bem como suas imagens, foram autorizados também no mesmo documento.

² Abian é como são chamadas as pessoas que frequentam o terreiro, mas ainda não se iniciaram. Maria Helena é de Yansã (orixá feminino que rege os ventos e as tempestades, originária da cidade yorubá de Irá que fica no estado de Kwará, a sudoeste de Oyó. Mesmo que Oyá.

A segunda frase, “O terreiro cuida do machucado que o racismo faz”, foi pronunciada por Eduarda de Souza Santos Faria, 6 anos, yawô do Ile Axé Opô Afonjá, em Coelho da Rocha. Essa conversa específica (que também envolveu seu irmão Enrico³), no entanto, não aconteceu em seu terreiro, onde já conversamos diversas vezes, mas sim, em sua casa, em Coelho Neto, no dia 9 de junho de 2022 (a foto a seguir registra um momento dessa conversa). O objetivo desse artigo é refletir com as palavras dessas crianças de terreiros. Agora, algumas questões sobre como caminhamos.



Enrico e Eduarda. (Print de tela. Acervo pessoal das autoras)

Embora a relação com as três crianças já tenha algum tempo (desde que eram bebês), tentaremos focar nas conversas dos dias mencionados, ainda que possamos, diante de alguma necessidade reflexiva, trazer falas de outros momentos. Em 2022, ano dos encontros, ainda estávamos vivendo a pandemia de Covid-19, conquanto sua gravidade tenha diminuído e as medidas de isolamento estivessem bastante flexibilizadas. Nos dois anos anteriores as conversas presenciais foram muito raras e o uso de aplicativos como WhatsApp e Instagram tornaram-se dispositivos de pesquisas mais comuns. Digo mais comuns porque, mesmo sem a pandemia e mesmo fazendo pesquisa face a face no chamado campo de pesquisa, não chegávamos a dispensar o uso desses dispositivos como continuação de compartilhamentos de sentidos através de entrevistas e conversas on-line. A esse respeito, cabe aqui pausarmos em uma reflexão, ainda que ligeira.

De acordo com Santos: “a cibercultura é a cultura contemporânea que revoluciona a comunicação, a produção e circulação em rede de informações e conhecimentos na interface cidade–ciberespaço. Logo, novos arranjos *espaçotemporais* emergem e, com eles, novas práticas educativas”.

³ Eduarda é yawô de Ogum, iniciada para o orixá Ogum. Enrico é yawô de Xangô, iniciado para o orixá Xangô. Yawô é o cargo conferido no Candomblé para as pessoas iniciadas. Ogum é o orixá da guerra, originário da cidade yorubá de Íré. Xangô, orixá da justiça, do fogo, raios e trovões. Rei da cidade yorubá de Oyó, originário de Nupê.

(SANTOS, 2019, p. 20). Novos arranjos também emergiram nas práticas de fazer pesquisa tensionando, por exemplo, a etnografia. Para Peirano, a etnografia é “a ideia-mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica. A empiria, eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação” (PEIRANO, 2019, p. 380). No mesmo texto, a antropóloga enfatiza que os tempos mudaram e que já dispensamos, por exemplo, a oposição teoria/empíria e defende sua principal tese no artigo a que nos referimos, ou seja, a etnografia não é método. Ao menos não um método fixo, antecipado e imutável. “Métodos (etnográficos) podem e serão sempre novos, mas sua natureza, derivada de quem e do que se deseja examinar, é antiga. Somos todos inventores, inovadores. A antropologia é resultado de uma permanente recombinação intelectual”. (p. 381).

Hoje, mais aceleradamente do que podíamos prever, experimentamos uma combinação da etnografia tradicional com a etnografia digital. Ferraz (2019) entende que com as novas tecnologias digitais, podemos pensar novas lógicas e práticas de pesquisa, visualizando movimentos histórico-epistêmicos que direcionam a antropologia para reescrever novos campos. Ou seja, estamos em plena, criativa e desafiadora, recombinação intelectual, como destacou Peirano.

Já faz algum tempo que a etnografia não é exclusividade da antropologia, sendo muito usada em outras áreas, incluindo a educação. E é por isso que falamos dela até aqui. Fizemos essa pausa reflexiva anterior porque nossas pesquisas guardam práticas etnográficas e porque nossas práticas etnográficas já vinham sendo reinventadas na cibercultura, ganhando novos contornos e recombinações também com modos on-line de pesquisar. O texto que apresentamos tem essa combinação metodológica. Ao longo do período já apontado, conversamos presencialmente, mas também ocorreram, como sempre ocorrem naquilo que fazemos, trocas de fotografias e vídeos de pesquisa, de conversas e impressões com as crianças e suas famílias pelo aplicativo *WhatsApp*, bem como postagens nos *stories* e no *feed* do Instagram (no perfil pessoal e no perfil de nosso grupo pesquisa). Práticas convergentes e híbridas nas pesquisas com crianças tanto para esse, como para outros tantos textos.

2 - PRECISAMOS FALAR DE RACISMO COM AS CRIANÇAS

A primeira vez que Maria Hellena mencionou (em situação de nossas pesquisas), que algo não ia bem na escola e esse desconforto era causado pela questão racial, foi no dia 31 de agosto de 2019. Seu pai e sua mãe⁴ (ambos do mesmo terreiro de Maria Hellena) e mais alguns integrantes dessa casa estavam participando do Sabejé e eu resolvi ir junto. Matos (2023) explica que o Sabejé é um ritual dedicado ao orixá Obaluaiê, também conhecido como Omolu.

⁴ A mãe, Elaine Di Carlantonio, é uma das autoras desse texto.

O termo pode ser traduzido como “Sá” (caminhar/ andar), “agbé” (esmola) e “jé” (comer/ obter/ acumular). Este rito é geralmente iniciado na primeira segunda-feira do mês de agosto, época em que a maioria dos terreiros de candomblé homenageiam esta divindade. O Sabejé tem início no espaço físico e privado dos terreiros, com rezas, cânticos, toques, danças e oferendas. Esta primeira etapa, consiste na preparação ritualística do conjunto material que integra o Sabejé antes que o mesmo seja transportado para o espaço extramuros das casas de santo. Uma vez concluída esta parte da cerimônia, estes artefatos devem sair em peregrinação pelas avenidas, ruas e espaços públicos da cidade. Um dos principais objetivos deste ritual fundamenta-se na realização de uma digressão a pé, esta, deve ser repetida durante sete dias consecutivos, coletando donativos e doações em dinheiro para a realização do Olubajé. (MATOS, 2023. p. 2).

Estávamos então esmolando na porta do Mercado de Madureira⁵ quando Maria quis ir ao banheiro. No caminho, paramos para tomar sorvete e visitar algumas lojas. Em toda loja que entrávamos vendo tecidos, fios de conta, imagens, as vendedoras elogiavam a beleza de Maria Helena, que ouvia em um silêncio, o que achei estranho, já que ela é sempre muito comunicativa. Lá pela quarta ou quinta loja, ao ser, mais uma vez elogiada, reforcei⁶ o elogio dizendo: “Viu como todo mundo te acha linda?”. Ao que Maria respondeu: “Todo mundo não”, e abaixou a cabeça. Saímos da loja ainda com o sorvete na mão e, no caminho de volta para a porta do mercado, eu parei, abaixei um pouco e, olhando nos olhos dela perguntei: “Quem Maria, quem não te acha linda?”. E ela respondeu: “na escola tem um monte de gente que não me acha bonita não.” Conversamos mais um pouco, usei todos os argumentos sobre racismo e padrões de beleza brancos e relatei o ocorrido ao pai e a mãe de Maria Hellena.

Essa conversa com Maria Hellena em Madureira, aconteceu alguns anos antes da conversa com ela, em seu terreiro (julho de 2022), mencionada no início desse texto. Com nossos laços de relação de pesquisa mais fortalecidos, retomamos, no terreiro, a revelação feita no mercado, que nunca deixou de nos preocupar, e para a qual sempre quisemos voltar com ela. Enquanto realizávamos um ensaio fotográfico com Maria, perguntamos se ela lembrava de nossa conversa no mercado (ela lembrou) e buscamos saber porque na escola não a achavam bonita e se a situação permanecia assim. “Sempre é por causa do meu cabelo. E continua a mesma coisa. As crianças que não são negras dizem que o meu cabelo é feio. Eu não acho o meu cabelo feio. Eu já sei que isso é racismo delas. E tem o candomblé também. Tem colegas que não acham legal o candomblé”. Na continuação de nosso diálogo, quisemos saber de Maria, como ela definia o racismo. “O racismo é aquilo que machuca a gente que é negro. Tem gente que morre, até criança negra morre. O racismo machuca tudo. Corpo, cabeça, a brincadeira. Até a brincadeira o racismo machuca. Ainda mais a brincadeira na escola. O racismo dá um pesadelo na gente”, respondeu Maria Hellena. Perguntamos, ainda, sobre como ela entende e define o racismo religioso e ela diz: “O

⁵Um imenso mercado popular localizado no bairro de Madureira na Zona Norte do Rio de Janeiro. Com cerca de 580 lojas de artigos necessários aos terreiros. Vende roupas, artefatos, tecidos, ervas, etc.

⁶Essa situação específica aconteceu com uma das autoras.

racismo religioso é quando não gostam do candomblé. Um exemplo: no candomblé tem Yansã, e Yansã é negra. Eu sou negra e sou de Yansã. Yansã é minha vida e minha proteção. Ninguém tem que gostar do candomblé, precisam é respeitar que eu gosto, ué. Respeitar minha Yansã. Quem não respeitar o candomblé vai ter um problema sério. Vai ter um problema muito sério mesmo”.

Já a conversa com os irmãos Enrico e Eduarda, no dia 9 de junho de 2022, também foi antecedida por outras conversas, onde Eduarda, assim como Maria Hellena, menciona o racismo sofrido na escola por causa do seu cabelo crespo. A sequência dos diálogos foi: primeiro no dia 13 de outubro de 2017, depois no dia primeiro de maio de 2019 e, por fim, a conversa do dia 9 de junho de 2022. Na primeira conversa, Eduarda permanece em silêncio enquanto escuta a mãe, Tauana dos Santos, relatar dois momentos de racismo do qual a filha foi vítima. No primeiro, Eduarda chega em casa chorando porque as colegas da escola não queriam brincar com ela em função do seu cabelo crespo. No segundo, a professora pede para que os alunos e alunas tragam de casa uma música, da qual gostem e tenham ouvido no fim de semana, para cantarem na segunda-feira. Ansiosa, Eduarda aguarda sua vez. Ocorre que ela mal começa a cantar (orgulhosa) para Ogum (seu orixá) é interrompida pela professora, que não interrompeu nenhum aluno ou aluna que tenha cantado, inclusive, louvores evangélicos. É somente na segunda conversa, em 2019, que Eduarda (Duda como é chamada), ao ver a mãe relatando outra vez as experiências sofridas que a menina interrompe e diz: “Não posso ser negra. Não posso cantar pra Ogum. Não posso ser do Candomblé. Não posso nada”⁷. E a própria Duda passa a contar o isolamento e o silenciamento sofridos na escola.

No encontro do dia 9 de junho de 2022, Eduarda lembra de todos os diálogos anteriores e relata, mais uma vez, as experiências sofridas e enfatiza: “O racismo machuca. Machuca muito na escola. Ainda bem que a gente tem a família e o terreiro. O terreiro cuida do machucado que o racismo faz”. Nesse momento, pergunto para Enrico se ele também já sofreu o mesmo racismo vivenciado pela irmã na escola e ele responde que não. Eduarda, não se conforma com a resposta do irmão e interfere: “Enrico, toda vez que te jogaram suco em cima ou te bateram, foi racismo”. O irmão ouve e permanece reflexivo. Duas meninas negras. Eduarda nasceu no dia 3 de agosto de 2013, tem 9 anos. Maria Hellena nasceu no dia 11 de junho de 2015. Tem 8 anos. Ambas relatam racismo sofrido em função do cabelo. Ambas relatam sofrimentos causados pelo racismo religioso e sempre na escola. A esse respeito, refletimos também com GOMES (2003) que retoma em artigo, aspectos de sua pesquisa etnográfica em salões étnicos de Belo Horizonte, desenvolvida para sua tese de doutorado em Antropologia Social, cujo enfoque principal foi a relação entre negro, cultura e estética corporal. A pesquisadora entrevistou várias pessoas, jovens e adultos na faixa de 21 a 60 anos, com o objetivo de, explica, retomarem momentos significativos da sua

⁷ Ver mais a esse respeito em: CAPUTO, Stela Guedes. “Não posso ser negra. Não posso cantar pra Ogum. Não posso ser do Candomblé. Não posso nada”: infância, racismo e racismo religioso. In: HOSHINO, Thiago *et alia*. Direito dos povos de terreiro. Salvador: Mente Aberta, 2020.

história de vida, relacionados com a dimensão estética. Assim como nas experiências de Maria Hellena e Eduarda, na memória das pessoas entrevistadas por Gomes, a escola ganha destaque.

Para as pessoas entrevistadas durante a realização da pesquisa a experiência com o corpo negro e o cabelo crespo não se reduz ao espaço da família, das amigas, da militância ou dos relacionamentos amorosos. A escola aparece em vários depoimentos como um importante espaço no qual também se desenvolve o tenso processo de construção da identidade negra. Lamentavelmente, na maioria das vezes, a instituição escolar aparece nas lembranças dos depoentes reforçando estereótipos e representações negativas sobre o negro e o seu padrão estético. (GOMES, 2003, p. 172).

Quando Maria e Eduarda destacam que as ofensas sofridas partem de crianças brancas, é importante voltar ao que diz a pesquisadora Eliane Cavalleiro, para quem, o racismo nas escolas brasileiras aflora de inúmeras formas, ocultas ou não. De acordo com a pesquisadora, existe um ritual pedagógico que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar que tanto compromete o desempenho de crianças negras, como favorece um sentimento de superioridade nas crianças brancas. Para Cavalleiro (2000), o silêncio dos professores pode, nesse caso, tanto revelar inabilidade para lidarem com a situação, como concordância com a discriminação, o que evidencia o racismo também dos profissionais.

De fato, a fonte primeira desse questionamento é minha própria experiência como criança negra. No contexto escolar, meu silêncio expressava a vergonha de ser negra. Nas ofensas, eu reconhecia “atributos inerentes” e, assim sendo, a solução encontrada era esquecer a dor e o sofrimento. Vã tentativa. Pois pode-se passar boa parte da vida, ou até mesmo a vida inteira, sem nunca esboçar qualquer lamento verbal como expressão de sofrimento. Mas sentir essa dor é inevitável. Dada a sua constância, aprende-se a, silenciosamente, “conviver”. (CAVALLEIRO, 2000, p. 146).

2.2 – É PRECISO CONVERSAR SOBRE NOSSAS PESQUISAS COM AS CRIANÇAS

Em palestras, encontros, aulas, todo tipo de conversa sobre nossas pesquisas, sempre surge a questão da “devolutiva”. Ou seja, uma ideia um tanto quanto binarista que imagina pesquisadoras apartadas dos seus lugares de pesquisa. Ali, elas “colheriam dados” e refletiriam sobre eles afastadas dos sujeitos e interlocutores de pesquisa. Na sequência, agendariam um dia específico para, ao final de suas conclusões “devolver os achados” sobre os mesmos sujeitos de pesquisa⁸.

Nos inquietamos com esse pensamento binarista, que nunca nos agradou e sempre buscamos evitar. A esse respeito, encontramos cooperação para refletir em RIBEIRO (2018): “discutir a

⁸ CAPUTO, Stela Guedes. Nota de pesquisa publicada em @Kekere_Infanciaem terreiros, no dia 27 de julho de 2022.

inseparabilidade entre conhecer e fazer, pesquisar e intervir não assegura, mas põe em curso o necessário exercício ético de acompanhar os efeitos interventivos produzidos no pesquisar” (RIBEIRO *et alia*, 2018. p. 204). Acreditamos então, que presença e diálogo precisam ser constantes. Sendo assim, as reflexões cotidianas em nossas pesquisas com crianças são pensadas com as crianças criando oportunidades privilegiadas de entendimentos do processo de pesquisar com elas. O convívio com as crianças de terreiros em nossas pesquisas, nem sempre envolvem entrevistas e conversas sobre os temas de nossos estudos. Ainda que tenhamos pontuado aqui encontros que ocorreram em situação de pesquisa, muitas outras visitas são feitas, seja em rituais comuns, festas de famílias, manifestações de ruas, rodas de samba, etc. Isso acontece porque nossa pesquisa é tão longa que as relações de afeto se misturaram com as relações de pesquisa. Não vemos problema nisso porque acreditamos em uma pesquisa afetuosa mesmo. No entanto, quanto mais íntima for essa relação, mais cuidados éticos precisamos ter. Por isso, continuamos concordando com ALMEIDA:

Ainda sobre a “devolutiva”. Apontamos, no entanto, a devolutiva menos como essa destinação localizada dos dados coletados que se realiza dos pesquisadores aos pesquisados e mais como cultivo de um processo que potencializa a entrada participativa de todos os envolvidos na pesquisa, que transforma modos de pesquisar, intervir, abrindo novos cursos éticos por onde a vida pode se movimentar e transformar-se. (ALMEIDA, *et alia*, 2018. P. 204)

Seguindo com as preocupações éticas apontadas anteriormente, sempre buscamos conversar com as crianças sobre nossas pesquisas e como elas entendem o que fazemos nas pesquisas. Na conversa do dia 27 de julho de 2022, perguntamos para Maria Hellena como ela percebia nossos estudos. “Eu entendo sim as pesquisas que vocês fazem, as entrevistas, as fotografias. Eu gosto de aparecer bonita nas fotos. A roupa bonita do orixá. Me acho linda. É pra não ter mais racismo que faço as fotos. Pra aparecer bem bonita e pra não ter mais racismo”. O mesmo buscamos fazer na conversa com Eduarda e seu irmão Enrico, no dia 9 de junho de 2022. “Eu quero que minhas fotos cheguem no mundo todo, porque assim, mais pessoas vão conhecer o candomblé e mais pessoas podem ajudar o racismo acabar”, disse Eduarda. Depois de ouvir atentamente sua irmã, Enrico arrematou: “Eu quero ser modelo de fotografia de Xangô”.

O TERREIRO CONTRA A NECROPOLÍTICA: CONSIDERAÇÕES PARA SEGUIR

Se por um lado nos relatos das meninas, a escola é trazida como também um espaço de segregação e apagamentos, em função do racismo e do racismo religioso, por outro, o terreiro é o lugar destacado como lugar de proteção e de cura. Em diálogo com MBEMBE (2018), SOUZA e CARVALHO (2021), afirmam que a necropolítica é um marcador racial inegável:

Com efeito, a necropolítica é uma estratégia inequívoca da barbárie instalada numa civilização enferma. Tal barbárie é suposta no manejo eficiente da morte, reestabelecendo territórios de poder que funcionam como guetificação contemporânea, espécie de marcador de controle político e econômico, alheio a qualquer possibilidade de restituição ou reparação de justiça. (SOUZA e CARVALHO, 2021, p. 11).

Para SOUZA e CARVALHO, a necropolítica, segue deixando na história lesões e marcas profundas de segregação e precisa ser denunciada. Nas palavras do autor com o qual dialoga a esse respeito:

O processo histórico foi, para grande parte da humanidade, um processo de habituação à morte do outro – morte lenta, morte por asfixia, morte súbita, morte delegada. Essa habituação à morte do outro, daquele ou daquela com quem se creê nada compartilhar, essas formas múltiplas de esgotamento das fontes vivas da vida em nome da raça ou da diferença, tudo isso deixou vestígios muito profundos, quer no imaginário e na cultura, quer nas relações sociais e econômicas. Essas lesões e marcas impedem fazer comunidade. De fato, a construção do comum é inseparável da reivindicação da comunidade. MBEMBE, 2018, p. 314, apud SOUZA e CARVALHO, 2021, p. 11).

CAPUTO (2020) enfatiza que o escritor nigeriano Chinua Achebe (2012), ao analisar a longa lista de ausências atribuída aos povos africanos e usada pela colonização para subjugar esses mesmos povos, menciona a ausência de história, cultura, alma, responsabilidade e **fala**⁹. O mestre malinês Amadou Hampâté Bâ também se refere à importância da ligação entre homem e palavra nas tradições africanas: “Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra”. (BÂ, 2010, p. 168). De acordo com a autora, entender esses fundamentos é indispensável para nossas pesquisas, não para “dar voz às crianças” que possuem suas próprias vozes, mas para seguirmos priorizando as falas das crianças.

Maria Hellena vê a poderosa Orixá Yansã como “sua proteção”. Eduarda afirma que o terreiro “cuida do machucado que o racismo faz”. Ambas sofreram com a asfixia da necropolítica, com o silenciamento e apagamento da necropolítica. Ambas estão apontando a escola também como um espaço onde a necropolítica busca desfazer os laços de comunidade, cuidado, fortalecimento e proteção para as crianças negras. É por isso que a necropolítica mira violentamente os terreiros, porque ali nos terreiros, as oferendas estão arriadas, as ervas estão cantadas, os segredos estão soprados, os ancestrais estão convocados, para que as crianças negras se fortaleçam e digam com Maria Hellena: “Quem não respeitar o candomblé vai ter um problema sério. Vai ter um problema muito sério mesmo”.

⁹Grifo nosso.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ueberson Ribeiro, *et alia*. *A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar*. Fractal: Revista de Psicologia, v. 30, n. 2, maio-ago. 2018.
- BÂ, Amadou Hampâté. *A tradição viva*. IN: História Geral da África. Volume 1. São Paulo, Unesco e Cortez: 2010.
- CAPUTO, Stela Guedes. “*Não posso ser negra. Não posso cantar pra Ogu. Não posso ser do candomblé. Não posso nada*”: infância, racismo e racismo religioso. In: HOSHINO, Thiago *et alia*. *Direito dos povos de terreiro*. Salvador: Mente Aberta, 2020.
- _____. *Reparar Miúdo, Narrar Kékeré — Notas sobre nossa fotoetnopoética com Crianças de Terreiros*. Revista Teias, v. 19, n. 53, Abr./Jun. 2018.
- _____. *Educação nos terreiros— e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, jan./jun. 2003.
- MATOS, Denis Alex Barboza. *Sabejé: o abrigo itinerante de obaluaê*, Artelogie [Online], 19 | 2023, <http://journals.openedition.org/artelogie/>.
- SANTOS, Edméa. *Pesquisa-Formação na cibercultura*. Teresina: EDUFPI, 2019.
- SOUZA, Ellen Lima; CARVALHO, Alexandre Fillordi. *Pensar outros possíveis entre infâncias e necropolíticas. Childhood & philosophy*, Rio de janeiro, v. 17, jul. 2021.

Recebido em: 19 de abril de 2023.
Aprovado em: 28 de maio de 2023.